

GARCEZ, Martinho

*pres. SE 1896-1899; sen. SE 1900-1909.

Martinho César da Silveira Garcez nasceu no engenho Comendaroba, no município sergipano de Laranjeiras, no dia 30 de novembro de 1850, filho do desembargador Manuel de Freitas César Garcez e de Clara Júlia da Silveira Garcez.

Fez os estudos preparatórios no Rio de Janeiro, nos colégios Santo Antônio e Vitória, e obteve o bacharelado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1872. Na sua passagem pela capital pernambucana entrou em contato com as idéias evolucionistas e cientificistas divulgadas por Tobias Barreto, líder intelectual da “Escola do Recife”. Foi colega de turma de Sílvio Romero, que o acompanhou no interesse pelo jornalismo e pela política, tendo ambos ingressado no Partido Liberal do Império. No último ano da faculdade, foi redator-chefe da revista acadêmica *O Movimento*.

Ao retornar recém-formado ao seu estado natal, foi nomeado promotor público da comarca de Laranjeiras em 1874, passando poucos meses depois a juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Campos e Lagarto. Foi eleito deputado provincial em Sergipe para a legislatura de 1874-1875. Em outubro de 1875, foi transferido para o termo de Juiz de Fora, na província de Minas Gerais, onde obteve grande destaque profissional. Em 1879, apesar do pedido de recondução ao cargo encaminhado ao governo imperial pela Câmara Municipal daquela cidade, afastou-se do serviço público e iniciou sua carreira de advogado em escritório próprio. Transferiu-se para a cidade de Paraíba do Sul, na província do Rio de Janeiro, em 1880, mantendo expressiva clientela entre os fazendeiros locais, os chamados “barões do café”. Em 1888 fixou residência na cidade do Rio de Janeiro, então Corte Imperial, dedicando-se à advocacia e ao jornalismo. Redator chefe (1889-1891) e depois proprietário do jornal *O Dia*, também dirigiu, com José do Patrocínio, o jornal *Cidade do Rio* (1891-1893). Fundou e dirigiu ainda o *Correio da Tarde* (1893-1895).

Em 1894 ligou-se ao grupo dos “pebas”, surgido na eleição de Manuel Valadão para a presidência de Sergipe, que reunia militares florianistas e republicanos exaltados. Em 1896,

na sucessão de Valadão, foi eleito presidente de Sergipe e representou a continuidade desse grupo por mais um período administrativo. Empossado em 24 de outubro de 1896 – após a interinidade de Antônio Leonardo da Silveira Dantas e de Antônio de Siqueira Horta –, ao final de seu mandato fechou porém um acordo com o grupo adversário, dos “cabaús”, que reunia antigos políticos do Partido Conservador do Império que haviam aderido ao novo regime. Desse modo viabilizou a eleição do monsenhor Olímpio Campos para presidente estadual e a sua própria eleição para o Senado. Em 14 de agosto de 1898 afastou-se do governo, sendo substituído interinamente por Apulcro Mota até a posse do sucessor, e em 1900 ocupou uma cadeira no Senado.

Durante a sua atividade parlamentar, pertenceu à comissão revisora do projeto do Código Civil. Em 1902, quando foi rompido o acordo entre “pebas” e “cabaús”, passou a protagonizar, na tribuna do Senado, repetidos ataques contra a oligarquização da política sergipana e as arbitrariedades praticadas para viabilizar a continuidade da influência de Olímpio Campos sobre os negócios do estado. Fundou em 1906, com Sílvio Romero e Fausto Cardoso, o Partido Progressista (PP), nele reunindo os descontentes com o olimpismo. Em agosto desse ano os progressistas lideraram a revolta que depôs o então presidente de Sergipe, Guilherme de Campos, irmão mais velho do monsenhor Olímpio Campos e seu preposto político. A intervenção do presidente Rodrigues Alves recolocou Guilherme de Campos no poder, mas o episódio culminou na morte do deputado progressista Fausto Cardoso, alvejado na retomada do palácio governamental. Em novembro de 1906, os filhos de Fausto Cardoso vingaram a morte do pai assassinando o monsenhor Olímpio Campos na capital da República. Apesar de toda a contestação, os progressistas não evitaram mais um governo dentro dos quadros do olimpismo. Em 24 de outubro de 1908, Guilherme de Campos foi substituído por José Rodrigues da Costa Dória, perfazendo um período de 12 anos de domínio político da mesma corrente.

Depois de encerrado o mandato de senador em 1909, Martinho Garcez dedicou-se à profissão docente como lente catedrático de direito civil e diretor da Faculdade de Direito Teixeira de Freitas, no Rio de Janeiro.

Foi membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil e é patrono da cadeira nº 22 da Academia Sergipana de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1923.

Na sua extensa bibliografia encontram-se os títulos: *Política de Sergipe* (1898), *Pelo divórcio* (1901), *Nulidades dos atos jurídicos* (2 vols., 1910-1912), *Teoria geral do direito, segundo o projeto de Código Civil brasileiro* (1914), *Dos agravos na Justiça local do Distrito Federal e dos estados, na Justiça Federal e nos territórios do Acre: teoria e prática* (1914), *Do direito da família, segundo o projeto de Código Civil Brasileiro* (1914), *Consolidação das leis civis* (1915), *Do direito das coisas* (1915), *Da hipoteca e das ações hipotecárias* (1918), *Das execuções de sentença na Justiça Federal, na Justiça do Distrito Federal e na Justiça dos estados* (1923), *Manual do processo civil e comercial: teoria, prática e formulários das ações civis e comerciais* (1925), *Direito de família: exposição crítico-jurídica, sistemática e filosófica do Código Civil Brasileiro* (2 vols., 1932).

Sérgio Montalvão

FONTES: ACAD. SERGIPANA DE LET. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/asl/>>; BARRETO, L. *Pequeno*; BITTENCOURT, L. *Sergipanos*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.